



**SAIR DO EGITO, VAGAR PELO DESERTO, PASSAR O MAR  
VERMELHO: GARRETT NA REGENERAÇÃO**

Sérgio Nazar David (UERJ/CNPq)

**RESUMO**

Através da análise da correspondência de Almeida Garrett (1799-1854) com Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858) e dos seus dois últimos discursos na Câmara dos Pares (ambos de fevereiro de 1854), esta comunicação tem por objetivo situar as posições políticas do autor de *Viagens na Minha Terra*, no contexto dos primeiros anos da Regeneração (1851-1854).  
Palavras-chave: Correspondência. Almeida Garrett. Rodrigo da Fonseca Magalhães. Política.

No prefácio à primeira edição de *Camões*, escrito em Paris, em 22/2/1825, Garrett declara ter o seu poema índole “absolutamente nova” e completa:

Não sou clássico nem romântico; de mim digo que não tenho seita nem partido em poesia (assim como em coisa nenhuma); e por isso me deixo ir por onde me levam minhas ideias boas ou más, e nem procuro converter as dos outros, nem inverter as minhas nas deles: isso é para literatos de outra polpa, amigos de disputas e questões que eu aborreço (GARRETT, 1986, p.47).

Tal independência, presente nas obras do período de formação – como o demonstram Ofélia Paiva Monteiro e Lia Noemia Rodrigues Correia Raitt<sup>1</sup> –, faz-se representar igualmente no complexo território das afeições e das divergências políticas, sobretudo na maturidade.

Já nos escritos do período dos exílios Garrett expressara a sua crença na liberdade. Para Garrett, o seu exercício “não requer habilitação prévia”, como assinala

---

<sup>1</sup> Para Ofélia Paiva Monteiro, tal independência tem muito a ver com a “dolorosa crise que desfez o optimismo iluminista de Garrett” (*A Formação de Almeida Garrett*, vol. II, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971, p. 246). Lia Raitt faz radicar tal peculiaridade também no diálogo fecundo que Garrett trava com Byron: “To Byron’s dissociation from any school Garrett offers a counterpart in the sentence ‘Não sou clássico nem romântico’, which is paraphrased throughout his work (...) // The two poets’ aversion to belonging to a school may be interpreted as part of their refusal of ‘systems’, about which both write explicitly.” (*Garrett and the English Muse*, London, Tamesis Books, 1983, p. 60)

António Pedro Mesquita (2006, p. 136), fundamentado na análise de *Portugal na Balança da Europa* (1830). Não se educa para a liberdade debaixo do despotismo. Igualmente a liberdade exige moderação: “Em dois grandes escolhos se perde a liberdade: na tibieza com que se defende, ou na demasia com que dela se goza: evitemos um e outro” (GARRETT, 1963, p. 796). É este caminho de moderação e independência que Garrett vai perseguir como escritor e como político. Como escritor, não é clássico nem romântico. Como político, nem setembrista, nem cartista. O seu progressismo – pugnou por eleições diretas e por um verdadeiro equilíbrio dos poderes executivo, legislativo, judiciário e moderador, que a Carta de 1826 efetivamente não promovia – talvez o tenha aproximado dos setembristas. A sua moderação – temia as desordens civis e a manipulação das massas – o fez certamente mais aceitável aos cartistas. Conforme temos demonstrado, Garrett era visto como um cartista progressista, e certamente não era adepto de qualquer sistema em abstrato.

A correspondência de Garrett para o seu amigo, Rodrigo da Fonseca Magalhães, do período dos anos 50 do século XIX dá-nos a dimensão da singularidade de Garrett. Nas fileiras da oposição desde 1841, Garrett relata ao amigo, em 7/3/1851, o convite de Costa Cabral para negociar uma convenção literária com a França: “deliberei-me a responder que sim – para mostrar que não sou hostil ao Governo”. A reaproximação com o Paço dá-se às vésperas da Regeneração.

Já em 25/6/1851, Garrett é Ministro Plenipotenciário junto à Santa Sé, em mais uma etapa no longo percurso de reatamento de relações diplomáticas<sup>2</sup>. Da mesma data é o título de visconde com que é agraciado em duas vidas<sup>3</sup>.

Na edição da *Correspondência Familiar*, de Garrett, nomeadamente nas missivas ao irmão Alexandre, vimos o quanto a causa da liberdade religiosa lhe era cara. Em 1838, foi nomeado Vogal da Comissão Eclesiástica, com o objetivo de restabelecer relações com a Santa Sé; e em 1839, dois dias após tomar assento na Câmara de Deputados, eleito por Angra, tomou a palavra, em 12/4, na defesa dos católicos das províncias do norte do país.<sup>4</sup> Portanto, a posição de negociador – que lhe cabe em 1851 – tem a ver, assim nos parece, com a equidistância que sempre adotou em relação às partes em litígio.

---

<sup>2</sup> A carta a Rodrigo tratando do tema é de 1/8/1851.

<sup>3</sup> Sobre o título de visconde, v. AMORIM, 1884, vol. III, p. 296; e GARRETT, 2012, pp. 245-6.

<sup>4</sup> V. especialmente as cartas de 1/8/1838 e 10/4/1839 (GARRETT, 2012, pp. 145 e 171).

Em carta a Rodrigo de 17/9/1851, Garrett supõe estar sendo afastado das listas governamentais para as eleições de novembro, tal como já se dera na composição ministerial de 1851. A sua candidatura estaria sendo subalternizada, mais uma vez, por seus “amigos políticos”. Mais do que indicar a sua ânsia por integrar os quadros maiores da administração pública, esta carta pode ser lida como um sintoma de algo mais profundo: mesma na Regeneração, Garrett talvez não fosse visto como homem de partido. Sob a sua ótica, era preciso lutar para “não se deixar interrar para sempre (com lápide de tolo sobre a sepultura para mais penas!) e sem esperanças de ressurreição”.

Na carta de 2/10/1851, Garrett desabafa: “tão atrasado em tudo, tão contrariado em tudo, condenado a ser quási hilota no meio do meu país – sem mais crime nem mais erro do que alguma falta das que são partilha de todos os homens”. Está claro que esperava um maior protagonismo na Regeneração.

A carta de 9/1/1852 é sobre o Conselho Ultramarino, que passa a integrar a partir de 23/9/1851:

Tenho tido um insano trabalho para que o tal Conselho Ultramarino seja alguma coisa deveras. E nisso intendo o Governo mais do que ninguém. O último trabalho, que foi grande, a que dei maior cuidado e eficácia, foi a organização da Justiça em Angola, que me lisonjeio de que vai o melhor elaborado que podia ser. (GARRETT, 2016, p. 275)

Ferreira Lima destaca importantes intervenções de Garrett como deputado já desde 1837 em prol das colónias. No discurso de 31/3/1837, advoga por “leis definitivas” e pela criação de um “corpo consultivo” e salienta “o dever que temos de amparar aqueles nossos irmãos de além-mar; tão portugueses e tão cidadãos como nós” (LIMA, 1940, pp. 417-8).

A sua atuação em tal Conselho foi em prol de “leis especiais para as colônias, de acordo com as circunstâncias” (VALENTIM, 2008, pp. 120-3) que afinal ficaram estabelecidas no artigo 15º do Ato Adicional de 1852.

A carta de 14 de marco-abril de 1852 já é do período em que Garrett está à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Vemos a sua preocupação com o golpe de Estado de Luís Napoleão, que, por dar ensejo às movimentações miguelistas, punha em risco as instituições liberais. Pede uma reunião dos ministros e que – isto é importante – se escreva ao Marechal Saldanha.

Na carta de 16/4/1852, Garrett pede intercessão de Rodrigo para que, em 24/4/1852, “aniversário da Campanha do Porto”, que deflagrara o movimento da Regeneração no ano anterior, a Rainha, em viagem pelo norte do país com D. Fernando

e o Duque de Saldanha, não entrasse na *Invicta*. Segundo Garrett, a “obra do acaso” poderia ser visto como “coisa de Ministros”:

Por Deus[,] Rodrigo[,] que intervenhas nisto, que se mude. Basta que SS.MM. se demorem mais um menos um dia em Coimbra ou onde queiram contanto que não vá celebrar *Ela* e seu Esposo o aniversário da Bernarda. Nem a Marechal [Saldanha] fica bem nem a ninguém senão ao José Passos. (GARRETT, 2016, p. 282)

Garrett tinha em mente a situação de relativa fragilidade da Rainha frente ao Duque nos primeiros meses da Regeneração. O Marechal entrara triunfantemente em Lisboa em 1/5/1851, vindo do Porto, e D. Maria II tivera de curvar-se, convidando-o para formar o novo Governo, tivera, na ocasião, de evocar a “honra” e o “pundonor de militar e de cavalheiro” e “general de [seu] pai”, para que os “inimigos da monarquia” não se aproveitassem da ocasião<sup>5</sup>. Não ficaria bem a Saldanha, um ano depois, protagonizar um episódio desse jaez, se, por hipótese, entrando no Porto em 24 de abril, recebesse do povo saudações que subalternizassem a soberana. O episódio só convinha aos exaltados da esquerda setembrista capitaneados por José Passos, irmão de Manuel Passos.

Como membro do ministério, vemos, nas cartas de 1852, o autor de *Viagens na Minha Terra* atento ao frágil equilíbrio de forças do Governo. Já agora o seu temor diz respeito a uma situação que imagina desairosa para a Rainha, que certamente seria utilizada em proveito próprio pelos exaltados do setembrismo.

A Rainha, de fato, demorou-se em Coimbra, chegando ao Porto mesmo nos últimos dias do mês de abril. Em carta a Rodrigo de 21/5/1852, Garrett sugere que o desembarque em Lisboa se desse no Terreiro do Paço, para que D. Maria II tivesse “uma recepção muito melhor”.

Motivaram as cartas de 7/7, 11/8 e 7/9/1852 (GARRETT, 2016, pp. 301-8), a princípio, os acontecimentos que envolveram a negociação de um tratado de comércio com a França. Mas – já veremos – algo mais se passou. Garrett pediu demissão do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, em 17/8/1852, após receber a seguinte acusação, em suas palavras: “me vi acusado de ter negociado com a França ás escondidas, em grande segredo, sem consultar o voto do conselho, sem poderes para isso, um tratado de commercio ruinoso e fatal para o meu paiz” (apud AMORIM, 1884, vol.III, p. 371) Amorim transcreve a longa carta enviada ao Encarregado de Negócios da França em

---

<sup>5</sup> A carta da Rainha ao Duque de Saldanha é transcrita por Amorim (AMORIM, 1884, vol. III, p. 277).

Lisboa, de 19/8/1852, em que Garrett se defende afirmando que nada fez senão “continuar as negociações propostas e começadas por [seus] antecessores” (apud AMORIM, 1884, vol.III, p. 363) e ainda declara:

Não levei o negocio a conselho de ministros porque o tinha e tenho ainda hoje por um negocio corrente e simples, que nada tem com a politica ou com a administração geral do paiz, em que não há a mais minima complicação com as graves questões do estado (...) Esta [negociação] por sua natureza era do simples expediente dos negocios estrangeiros, por mais que agora a queiram magnificar para lançar sobre mim uma imputação toda graciosa (apud AMORIM, 1884, vol.III, p. 363).

Gomes de Amorim, José Osório de Oliveira e José Calvet de Magalhães referem como legítima razão para essa acusação o interesse de seu antecessor e sucessor de pasta, Jervis de Atouguia, em ganhar a Grã-Cruz da Legião de Honra. As suspeitas de injúria podem ser quase confirmadas, uma vez que, posteriormente, Atouguia assina o tratado tal qual Garrett negociara.<sup>6</sup>

A carta de Garrett de 7/7/1852 refere-se a um grande “desgosto”, a “pérfida e perversa insinuação” (GARRETT, 2016, pp. 301-2) que diz saber de onde vinha. Ao que tudo indica, o que Garrett não perdoou foi de Rodrigo não ter partido um gesto ou uma palavra em sua defesa.

Na carta de 11/8/1852, Garrett pede a sua demissão “séria e gravemente” pois “a isso [o] forçam os amigos”. E arremata: “peço-te que obtenhas ao menos que a demissão me seja dada com alguma decência” (GARRETT, 2016, pp. 305-6).

Após a saída do ministério, em 17/8, ele ainda escreve amigavelmente a Rodrigo, em 7/9/1852; refere-se ao entreviro com Jervis de Atouguia e se diz “incapaz de mal pensar”, incapaz “de mal fazer” (GARRETT, 2016, pp. 307-8). Rodrigo responde no dia seguinte dizendo não poder avaliar a “importância de taes negocios”<sup>7</sup> com Jervis.

Segundo Amorim, ainda se forjou uma outra calúnia mais infame:

Alguem mandára do Brazil ao ministro dos negócios estrangeiros 3:000\$000 réis para serem dados a estabelecimentos de caridade (...) Garrett, depois de informado dos usos seguidos, ordenou que

<sup>6</sup> V. AMORIM, 1884, vol. III, pp. 359-383; OLIVEIRA, 1935, pp. 255-258; MAGALHÃES, 1996, pp. 205-10.

<sup>7</sup> Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Sala Ferreira Lima, Espólio Garrett, móvel 5-14, carta 10.

mettessem o dinheiro no banco, e nunca mais pensou n'isso. Certo sujeito, que lhe era desaffeioado, por acaso soubera da entrega do dinheiro no ministerio, e em seguida á sua demissão indagou que destino levára. Não obtendo informações exactas, disse a Rodrigo que o seu ex-collega comêra os 3:000\$000 réis. Estavam os ministros reunidos em casa de Jervis: falou-se n'isto, e houve quem fosse cruel (AMORIM, 1884, vol.III, p. 383).

Um amigo de Garrett ouviu a conversa e recordou-se que tinha acompanhado o empregado que levava à ocasião o dinheiro ao banco. Correu à casa de Garrett e contou-lhe tudo. O dinheiro estava no banco, à ordem do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que o podia receber quando quisesse. Solicitado um novo recibo do depósito, Garrett vai à casa de Rodrigo, acompanhado de Bartolomeu dos Mártires. É de Gomes de Amorim, uma vez mais, a narração:

(...) atirou-lh'o à cara, acompanhando o acto de apostrophes e de epithetos violentos, censurando-o por quebrar de modo tão indigno relações de tantos anos. Rodrigo, que sem dúvida fora victima de vis intrigantes, embatucado, e até comovido, limitava-se a protestar por monossyllabos:

– João!... João... meu João!... não me digas isso! Não esperava de ti... Não devias fazer-me o que fizeste... Oh! João, por Deus, que não fui eu que o disse!...

Bartholomeu quis sair; mas nem Garrett, nem Rodrigo lh'o consentiram: um, porque desejava com a sua presença abreviar a scena; e outro, por querer testemunha de como se desaffrontara das calúmnias, e provava não ter roubado. Depois do desabafo, Garrett pegou no chapéu, declarou que nunca mais tornaria a entrar n'aquella casa, e saiu sem dar a mão a Rodrigo.

Bartholomeu demorou-se alguns minutos, constrangido, e sem dizer palavra. Rodrigo mostrava verdadeira pena, queixando-se de Garrett; e despediu assim o outro:

– Adeus, Bartholomeu. Os diabos levem a politica, que faz d'estas bestialidades, e obriga a quebrar amisades de toda a vida, sem que o coração para isso concorra!

(...)

Por muito que meditasse, nunca o leitor benevolo e ilustrado poderia imaginar qual foi o proceder dos calumniadores, quando tiveram noticia de que o dinheiro existia no banco. Espalharam que Rodrigo, no intuito de o livrar do opróbrio, lhe fizera presente dos 3.000\$000 réis, para elle os depositar ali novamente! (AMORIM, 1884, vol. III, p. 388-9)

Depois da cena violenta, “esforçaram-se os amigos de ambos para reconciliá-los, sem chegarem todavia a nenhum resultado” (AMORIM, 1884, vol.III, p. 388-9).

Trocaram-se cartas. Numa das últimas, Rodrigo escreve:

João

Tu dizes-me quanto te vem á pena e não te importa matas me tambem com inquietações desmerecidas (...) Duvidar da pureza do meu coração e da de *todos os meus collegas* é offensa grave. Tenho tido muitas afflições mas não causadas por elles e sim pelo estado de corrupção em que nos achamos. Ainda assim tenho um vislumbre de esperança e sabe que a lei do estado não sera trahida por nos – Não tardará muito que se nos faça justiça. Seja o que for a Rainha não se tornará indigna de reinar.

Adeus faze-me mais justiça e ajuda um amigo que o merece e que não expulsou os amigos foi sim por elles descomposto sem o merecer.

Teu do Coração<sup>8</sup>  
Rodrigo

Segundo Amorim, Rodrigo consultara Garrett a respeito de graves negócios da Câmara e esperava o seu apoio como orador, o que não se deu.

Por fim, parece que se reconciliaram “por conveniências mútuas”. Mas a amizade estava “semimorta” (AMORIM, 1884, vol.III, p. 389).

No seu testamento lavrado em 9/6/1853, Garrett encarregou a filha, Maria Adelaide, de “interpor na secretaria d’estado dos negocios estrangeiros a quantia de tres moedas de oiro, ou 14\$400 réis” (apud AMORIM, 1884, vol.III, pp. 666-9), que segundo seus assentos particulares tinham ficado em seu poder de quando fora ministro. Ao deixar o ministério, em agosto de 1852, ignorava que devia. Percebendo-o depois, tivera “certo pejo” (apud AMORIM, 1884, vol.III, pp. 668) em restituir.

Já fora do ministério, na sessão da Câmara dos Pares de 10/2/1854, Garrett se pronunciou, em tom acerbamente crítico, dirigindo-se a Rodrigo, sobre o estado da administração pública. Trata-se de um longo discurso abordando variados temas. Rodrigo e outros ministros estavam na audiência.

Começa dizendo-se “confessor, martyr, soldado, e apóstolo” da monarquia constitucional, reconhecendo-lhe, no entanto, muitos, muitíssimos defeitos, inconvenientes gravíssimos. À audiência indaga os motivos que terão levado Portugal a adaptar-se, segundo crê, tão mal a tal sistema:

(...) o defeito não está no systema, que é bello; não está nos homens, que somos como os outros e melhores que muitos outros; o defeito está nas instituições que são viciosas, nas Leis que são defectivas e incoherentes. Eis aqui a unica, a verdadeira, a desapaixonada explicação do que entre nós se experimenta – porque o facto é, facto espantoso e tremendo, que com o systema representativo é impossivel

---

<sup>8</sup> Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Sala Ferreira Lima, Espólio Garrett, móvel 5-14, carta 24.

que nenhum Estado seja pior governado que o nosso. (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p.159).

Aborda a estrutura autoritária da sociedade no descompasso entre legislativo e executivo (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 163); o aspecto burocrático da administração pública, que deveria ser um meio e não um fim em si mesmo (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 164) ; a justiça, cuja aplicação é “defeituosa e má” (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 165); a ocupação dos postos de trabalho na máquina estatal regida pelo favor (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 168). Pede que se alarguem, se elevem, se generalizem os institutos de caridade pública. Para Garrett, as Misericórdias promovem laços sociais necessários, como verdadeiras “companhias de seguros de vida e salvação” (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 176):

Ha cousas que são essenciais para a vida da sociedade, que são visceras do seu corpo, sem as quaes a existencia é impossível. Amparar o seu semelhante, valer-lhe nas aflições, na pobreza, na doença, na morte é innato desejo, é natural precisão de todo o homem social (...) (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p.176).

Aborda, ainda, a função mediadora, de fiscalização, que compete ao governo, que não deve abdicar de sua “força moral”, “deixando aos novos esforços de uma sociedade desherdada suprir as faltas que o seu desleixo (...) deixou no meio de um povo, para quem se proclamou a alforria e a liberdade, e que só veio a achar o desamparo e a impotência (...)” (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p.177).

O serviço militar exigia uma boa lei de recrutamento, em lugar de estar o governo a “devastar as famílias para trazer manietados e presos em algemas os defensores do seu paiz” (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 182); do ensino público, o clero não deveria ser afastado completamente (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 186); sobre padroado do Oriente, reconhece que só pode dizer “dai cá o Padroado” o governo que cumpre as suas obrigações. O arremate é de quem conhece o perfil da audiência: “Serei apodado de ultramontano, de que estou vendido aos interesses do Papa, de que renego a fé liberal...” (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p. 194)

Neste discurso Garrett busca mais uma vez um equilíbrio entre religião e liberdade, um liberalismo próximo dos preceitos da fé católica, distante dos radicalismos:

Vivemos n’um seculo em que ambos os extremos politicos combatem a monarchia representativa com as mesmas armas, chamando ambos em seu auxilio os mesmos aliados; em que o absolutismo appella, do mesmo modo que o socialismo, para as necessidades e para as paixões



das classes menos felizes da sociedade, fazendo as mesmas promessas, lavrando os mesmos programmas, e o que mais é, realizando um, em muitos pontos ao menos, o que ao outro não é dado fazer (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p.171).

Estas idéas não são populares infelizmente, e expondo-as assim com tanta convicção e clareza bem sei que prégo doutrinas que não têm o favor público, nem desgraçadamente agradam a nenhum partido. Temos ainda muito vivas as lembranças de um passado funesto, doem ainda as cicatrizes mal fechadas das feridas da guerra e da perseguição em que os sacrificadores e as victimas todos foram levados por idéas falsas e absurdas na questão social da influencia religiosa (GARRETT, 1904, vol. XXVI, p.195-6).

As críticas não agradaram Rodrigo (Ministro do Reino), que, segundo Amorim, “ouvira com a mão metida por dentro do peito da camisa, no intuito de se conter e dominar” (AMORIM, 1884, vol. III p. 390):

O orador, vendo-o torcer-se na cadeira, e olhar para elle, disse: “Sinto estar incomodando o sr. Ministro, talvez magoando-o... (*O sr. Ministro do Reino*: – Não incommóda.) Ainda bem, pareceu-me ver s. ex.<sup>a</sup>, torcendo-se e olhando para mim de certo modo, mostrava não gostar do que eu disse. (*O sr. Conde de Thomar*: - *Apoiado*.)” Era o castigo que chegava (AMORIM, 1884, vol. III, pp.390-1).<sup>9</sup>

Para Bulhão Pato, pela primeira vez, Rodrigo “perdeu o sangue-frio, turvou-se aquela serenidade olímpica” (PATO, 1987, p. 62). No relato de Amorim, Garrett saiu pálido e quase sem conseguir falar:

– Deixei-o a escorrer sangue! – me disse. – Pagou hoje tudo! E os outros também. Fui talvez severo de mais... Calumniaram-me, tinha obrigação de lhes provar que a verdade magôa mais a alguns d’elles do que a calúmia a mim. Rodrigo... Ainda sou amigo d’elle, comtudo!

Por sua parte, dizia Rodrigo para Barthomeu [dos Mártires], que o acompanhára da câmara para a secretaria:

– Nunca imaginei... Ah! Não podia esperar que d’elle me viesse este golpe! Ingrato, ingrato! (AMORIM, 1884, vol. III, p. 390).

Rodrigo ainda respondeu em 17/10/1854. O longo discurso é por vezes agressivo e se refere à cena da semana anterior. Rodrigo se vira exposto à “irrisão pública”. Mais ainda porque do sarcasmo de Garrett aproveitara-se Costa Cabral, desafeto de ambos. Garrett ainda voltou à tribuna em 5 de março para comentar, entre outros temas, o escandalizar-se Rodrigo com a sua falta de gratidão:

---

<sup>9</sup> V. também GARRETT, 1904, vol. XXVI, pp. 198.

Respondo-lhe com a profissão e a confissão de meu nenhum merito, serviços e mais partes; e com o reconhecimento de que pelo unico favor de S. Ex.<sup>a</sup> e de seus Collegas, fui chamado a tomar assento n'esta Casa. Eu, que se ousasse comparar a minha baixeza com a alteza de tantos e tam sublimes outros meritos, a que SS. Ex.<sup>aa</sup> não fizeram senão justiça! Oh! Só o pensamento me assusta!(GARRETT, 1904, vol. XXVI, p.203).

Garrett voltou também a cada um dos temas que abordara em 10/2 para dizer que era o mesmo homem de sempre. Os princípios mais fundamentais de seus escritos e da sua atuação como político não se tinham alterado. Com veemência, dirige-se a Rodrigo, Ministro do Reino, para refutar a tese, que certamente correu, após o discurso de 10/2 na Câmara dos Pares, de que “em anos maduros [renunciava] àquilo a que [devia] a sua vida”<sup>10</sup>, o sistema representativo. Não. Era o mesmo homem, assim o disse, já agora recordando a defesa que encetara nos anos 30 aos católicos então perseguidos pela sanha devorista:

(...) em 1838, na presença de um corpo que tinha outras forças, – as Côrtes Constituintes – sendo Ministro um amigo meu, de quem fui, sou e hei de ser sempre amigo, eu argui esse ministerio por mandar tomar certa providencia a respeito do que se chamava *Scisma*. Portanto se sou *ultramontano*, não é de agora, já o era na presença das Côrtes Constituintes de 1837., que não tinha nada d'isso. (...) Prophetisei que aquellas medidas adoptadas então, só íam dar corpo ao chamado *Scisma*, aumentar o numero dos seus proselytos, e criar graves difficuldades ao governo: assim succedeu (GARRETT, ano, vol. XXVI, p. 224).<sup>11</sup>

Rodrigo compareceu ao funeral de Garrett, dia 11/12/1854. Celebraram-se os ofícios na igreja de Santa Isabel e depois o caixão foi levado ao Cemitério dos Prazeres. Rodrigo esteve presente. Mas não discursou. Falaram Silva Túlio, Vieira da Silva e Rebelo da Silva. Foi nos Prazeres que Rodrigo proferiu o epigrama, segundo o qual Garrett teria morrido entre dois substantivos femininos, isto é, abraçado à Cruz, com os olhos na Luz, alusão pouco sutil à esposa de D. Pedro Brito do Rio (amigo e testamenteiro), D. Maria Kruz; e à viscondessa da Luz, Rosa Montufar Marreiros, com quem tivera um romance extraconjugal por cerca de dez anos. António Pedro Lopes de Mendonça repetiu o dito “qualificando-o de *espirituoso*”. Reprendeu-o Oliveira

---

<sup>10</sup> GARRETT, Vol. XXVI, p. 207.

<sup>11</sup>. V. também carta de 1/8/1838 de Garrett ao irmão Alexandre: “Nenhuma dúvida para mim que o procedimento do Governo da Restauração foi absurdo, impolítico, anticánónico – e admitirei ainda cismático – até certo ponto – em matérias eclesiásticas.” (GARRETT, 2012, p. 146).

Marreca: “Isto não é espírito; é cynismo da perversidade” (AMORIM, vol. III, pp. 687-8).

No que diz respeito ao rompimento de relações entre Garrett e Rodrigo, chamam atenção ainda duas anotações de Gomes Amorim. Na primeira, insinua que Garrett – ao integrar o ministério regenerador de março a agosto de 1852 – foi usado por Rodrigo e demais ministros: “A historia julgará entre o ministro demitido [Garrett] e os que não precisando já d’elle para fazer leis eleitoraes, e bases e redacção do acto adicional, o expulsaram (...)” (AMORIM, 1884, vol.III, p.374). A segunda anotação, que quero destacar, vem no fechamento do longo capítulo que dedica ao tema, ao elencar as várias diligências junto aos ministros que sobreviveram aos amigos desavindos: “os factos ocorridos ou foram tão intimos que poucos os souberam ou tão desagradaveis que não ousaram referir-m’os”. Mais: “a luz ainda até hoje se não fez toda sobre essa deploravel historia” (AMORIM, 1884, vol.III, p.391).

A correspondência de Garrett para o seu amigo Rodrigo começa nos anos 30 e dura quase 20 anos.

As cartas da década de 50 são do homem que esteve no exílio, retornou ao seu país e fez uma aposta do sistema representativo monárquico, lutou por fórmulas de governo que unissem liberdade e catolicismo, sem excessos de quaisquer das partes, integrou o ministério regenerador e afinal se viu atraído por aqueles mesmos que julgava seus amigos. A leitura deste conjunto final levou-nos aos dois últimos discursos de Garrett na Câmara dos Pares, de 10/2 e 4/3/1852. Em ambos, parece dirigir-se a Rodrigo da Fonseca Magalhães. As suas severas críticas ao governo, se por um lado ferem com acutilância aqueles integram o ministério – alguns deles na audiência, juntamente com Rodrigo –, por outro mostram-nos um sujeito frágil, como nas cartas, isolado, proscrito em seu próprio país, um “hilota” com ele mesmo o regista. O Garrett dos dois últimos discursos na Câmara dos Pares precisa da palavra para não ser o louco de Porto Pireu – que vivia de ilusões –; precisa da palavra e da encenação com o corpo que a tribuna propicia. Ele sabe que prega doutrinas que não têm o favor público. Talvez como o Bernardo Soares, do *Livro do Desassossego*, pense que no futuro talvez haja quem o compreenda. Terá vivido – embora sempre com enormes disfarces – entre desafeições e friezas.

No discurso de 10/2/1854, perguntava à assistência e a si mesmo se valeu a pena sair do Egito, vagar tantos anos pelo deserto e passar o mar Vermelho de tão sanguinolentas guerras civis.

## Referências

- AMORIM, Francisco Gomes de. *Garrett – Memórias Biográficas*. 3 vols. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1884.
- GARRETT, Almeida. *Obras Completas*. 2 vols. Porto, Lello & Irmão, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Camões*. Ed. de Teresa de Sousa Almeida. Lisboa, Editorial Comunicação, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Correspondência Familiar*. Ed. de Sérgio Nazar David. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Correspondência para Rodrigo da Fonseca Magalhães*. Ed. de Sérgio Nazar David. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira. *Garrett Colonialista*. Comunicação apresentada ao 6º Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940.
- MAGALHÃES, José Calvet de. *Garrett, a Vida Ardente de um Romântico*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.
- MESQUITA, António Pedro. *O Pensamento político Português no Século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006,
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Criação*. 2 vols. Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971.
- OLIVEIRA, José Osório de. *O Romance de Garrett*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1935.
- PATO, Bulhão. *Sob os Ciprestes*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987.
- RAITT, Lia Noemia Rodrigues. *Garrett and the English Muse*. London, Tamesis Books, 1983.
- VALENTIM, Alexandre, *A Questão Colonial no Parlamento*, vol. I, 1821-1919, Lisboa, Dom Quixote / Assembleia da República, 2008.